

## **RESOLUÇÃO CMDCA Nº 02/2026**

### **Dispõe sobre a constituição da Comissão de Ética do CMDCA de Piracicaba**

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PIRACICABA – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 17.093/2017, na Lei Municipal nº 6.246, de 03 de junho de 2008 e art. 24, incisos I, II, III e VI, do Regimento Interno, e

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 20, §1º, do Regimento Interno do CMDCA, que autoriza a constituição de Comissão Especial ou Comissão de Ética;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do CMDCA, em reunião realizada em **16 de janeiro de 2025**, que aprovou a composição da Comissão de Ética;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Constituir **COMISSÃO DE ÉTICA**, nos termos do art. 20, §1º, do Regimento Interno do CMDCA de Piracicaba, composta por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com a seguinte composição:

- Lavínia Cecília Gonçalves Canal, Sociedade Civil, 8ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Piracicaba/SP;
- Rodrigo Alessandro Bottene, Poder Público, Secretaria Municipal da Cultura;
- José Carlos Ferreira Neto, Poder Público, Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 2º** A Comissão de Ética reger-se-á pelos procedimentos previstos para as Comissões Permanentes, conforme estabelece o art. 20, §2º, do Regimento Interno do CMDCA.

**Art. 3º** Compete à Comissão de Ética **apurar**, no âmbito de suas atribuições, denúncias, comunicações de fatos ou representações que:

I – Cheguem ao conhecimento do CMDCA; e

II – Estejam relacionadas à atuação do Conselho, de seus membros, de entidades registradas, programas, projetos ou ações por ele deliberados ou acompanhados, desde que vinculadas à proteção, promoção, defesa ou garantia dos direitos da criança e do adolescente.

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”*

art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 4º** No exercício de suas atribuições, a Comissão de Ética poderá, quando necessário:

I – Solicitar informações e documentos;

II – Ouvir pessoas envolvidas nos fatos apurados;

III – Requisitar apoio técnico, observado o disposto no Regimento Interno e na legislação vigente.

**Art. 5º** As apurações conduzidas pela Comissão de Ética deverão observar, obrigatoriamente, os princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

**Art. 6º** Concluídos os trabalhos, a Comissão de Ética apresentará relatório conclusivo ao Plenário do CMDCA, a quem compete a deliberação final sobre a matéria.

**Art. 7º** A Comissão de Ética exercerá suas atribuições durante o mandato vigente dos conselheiros que a compõem, podendo ser reconduzida ou recomposta mediante nova deliberação do Plenário.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, 16 de janeiro de 2026.

**Paula Marcela Magrini Cordeiro**  
**Presidente**

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”*

art. 227 da Constituição Federal e art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.



# Assinaturas do documento



"Resolução 02- 2026 - Criação da comissão de ética"

Código para verificação: **9NLYCJJV**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **PAULA MARCELA MAGRINI CORDEIRO** (CPF: \*\*\*.169.848-\*\*) em 19/01/2026 às 10:48:17 (GMT-03:00)  
Emitido por: "SolarBPM", emitido em 05/08/2025 - 17:07:54 e válido até 05/08/2028 - 17:07:54.  
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **PMP 2026/000594** e o código **9NLYCJJV** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.